

Causa do Povo



2003-2023

20
anos

Jornal da União Popular Anarquista - UNIPA

Edição Nº 81

www.uniaoanarquista.wordpress.com | unipa@protonmail.com

Abril de 2023

UNIÃO POPULAR ANARQUISTA: 20 ANOS DE COMBATE PELO SOCIALISMO!

Leia nesta edição

- 20 anos de bakuninismo: duas décadas de construção da Revolução Social no Brasil (p. 02)
- Quem somos e pelo que lutamos? (p. 03)
- Construção de Pró-Núcleos da UNIPA (p. 03)
- dez anos do levante do proletariado marginal: cinco lições sobre seu significado histórico e o seu legado político (p. 04)
- Novo governo petista de conciliação de classes: o reformismo degenerado e renovado em ascensão (p. 05)
- 28 de março - dia nacional de luta dos estudantes! Edson Luís Vive e vencerá! (p. 05)
- Dia Internacional da Mulher Trabalhadora: mais um dia de luta na vida das mulheres (p. 06)
- Holocausto lanomami: o neocolonialismo no avanço da fronteira mineral (p. 06)
- A extrema-direita no Brasil: fascismos, bolsonarismo e as novas materializações da reação conservadora pós-levante de junho de 2013 (p. 07)
- A primeira greve nacional de entregadores no governo Lula/PT: da autonomia de classe à sabotagem reformista! (p. 07)
- A nova guerra fria (p. 08)
- Comitês de Apoio e Propaganda da UNIPA (p. 08)



20 ANOS DE BAKUNINISMO:

Duas décadas de construção da Revolução Social no Brasil

O Bakuninismo é a base teórica da política popular e revolucionária de nossa organização. Esta base teórica contém uma análise crítica da sociedade capitalista e das teorias liberais, indicando que caminho prático seguir durante a luta política e os objetivos a serem estabelecidos e alcançados. Sem partir desta base teórica é impossível desempenhar uma atuação política revolucionária anarquista verdadeira e eficaz. (UNIPA, II CONUNIPA, 2004)

Em março de 2003 realizamos o Congresso de fundação da Federação Anarquista Insurreição (FAI), lançamos a palavra de ordem *Anarquismo é Luta!* e nos dedicamos aos debates sobre: 1) A Necessidade e Viabilidade da Organização Anarquista; 2) o Seu Caráter, ou suas bases políticas e teóricas; 3) a reestruturação dos trabalhos de massas até então desenvolvidos e sua relação com a organização anarquista que se constituiria.

O contexto da luta de classes no Brasil no início do século XXI, marcada pela hegemonia do projeto de colaboração de classes do lulopetismo e o papel claudicante das organizações anarquistas ecléticas e revisionistas, exigiu da militância revolucionária anarquista da FAI avançar ideológica, teórica, estratégica e programaticamente. Assim, em 2004 realizamos nosso II Congresso, adotamos o nome de União Popular Anarquista (UNIPA) definimos nosso *Pensamento Guia – o bakuninismo*:

Nossa organização reconhece como guia o pensamento político revolucionário de Mikhail Bakunin. Toda a ação política da organização é estabelecida sobre a crítica da sociedade capitalista e a concepção de socialismo elaborada pelo revolucionário anarquista, fundador da nossa ideologia. A União entende também que este pensamento foi objetivado em uma prática política revolucionária, manifesta na organização revolucionária Aliança e no movimento de massas representado pela Associação Internacional dos Trabalhadores. (II CONUNIPA, 2004, p. 10).

A ideologia, a teoria, a estratégia e o programa revolucionários bakuninistas

Ideologicamente, o bakuninismo defende 4 princípios: o **socialismo**, oposição radical à exploração burguesa e a defesa intransigente da igualdade econômica e a abolição da propriedade privada; a **liberdade**, a certeza de que a emancipação das classes populares será construída de baixo para cima, com a destruição do Estado e com a criação do poder popular; a **luta de classes**, nosso instinto de classe que torna nossas aspirações inconciliáveis com a burguesia e com seu Estado, e a **organização**, condição objetiva e subjetiva para a conversão da solidariedade proletária contra a exploração e opressão capitalista, racista e patriarcal em *força coletiva revolucionária*.

Em termos teóricos, o bakuninismo possui o **materialismo** e a **dialética** como as ferramentas analíticas capazes de desenvolver a teoria anarquista da Revolução Social no Brasil. A perspectiva materialista recusa qualquer concepção idealista, metafísica ou teológica, estabelece a experiência concreta como base. Por sua vez, a dialética permite o entendimento dos antagonismos, dos conflitos e das transformações sociais.

A partir de sua abordagem materialista e a dialética, o bakuninismo identificou o *proletariado marginal* e o *campesinato* como as *forças principais* da revolução social no Brasil, isto é, como

as principais frações a serem mobilizadas devido: 1) ao antagonismo potencial de seus interesses, expresso pelas condições materiais de existência (pobreza, violência, injustiça) sob que vivem; 2) a quantidade demográfica destas frações, que faz com elas tenham um peso específico pelo fato de serem muito volumosas, logo, poderem mobilizar grandes efetivos e ter um grande potencial político. (II CONUNIPA, 2004, p. 27).

A estratégia geral permanente do bakuninismo é a *revolução social*, ou seja, a abolição da proprie-

dade privada, a destruição do Estado burguês pelas forças coletivas do povo, avançando nas suas lutas de resistência, reivindicativas, de autodefesa e insurrecionais até a ruptura com a sociedade capitalista supremacista e patriarcal.

Da mesma forma, o anticorporacionismo ocupa o lugar de estratégia geral permanente, pois, como afirmava Bakunin, é fundamental afastar dos meios proletários todas as influências ideológicas, religiosas e culturais das classes dominantes, assim como dos socialistas burgueses e reformistas da pequena-burguesia. Posição intransigente contra qualquer perspectiva conciliatória ou colaboracionista com a burguesia e seu Estado, que será alcançada com a construção de organismos autônomos do proletariado do campo e da cidade, capazes de realizar as lutas reivindicativas a partir da ação direta das massas.

O programa revolucionário bakuninismo é *coletivista* e *federalista*. Objetivo da Revolução Social é a construção do *Autogoverno da Classe Trabalhadora*, com a coletivização de todos os meios de produção, circulação e prestação de serviços do campo e da cidade, sob a gestão das associações e cooperativas das trabalhadoras e trabalhadores e com o poder popular exercido nas bases locais pelos *Conselhos Populares/Revolucionários* e nacionalmente federalizados no *Congresso do Povo*, organizado de baixa para cima pelas delegadas e delegados eleitos.

O bakuninismo internacionalista: da periferia para o centro, de baixo para cima

O internacionalismo é condição necessária da estratégia bakuninista, por isso, em 2011, lançamos com a Organização Popular Anarquista Revolucionária, OPAR do México, a *Plataforma Internacional do Anarquismo Revolucionário*, num esforço de atualizar a política da *Plataforma de Organização da União Geral dos Anarquistas*, lançada em 1926 pelo Grupo *Dielo Trouda*.

A partir da crítica profunda das experiências e concepções tanto reformistas, a exemplo da social-democracia, como revolucionárias, comunistas, anarco-comunistas, anarcossindicalistas, ao longo do século XX, a *Plataforma Internacional do Anarquismo Revolucionário* convocou para a construção de uma **Rede Anarquista Internacional (RAI)**, uma organização política anarquista semelhante a *Aliança* fundada por Bakunin em 1864, e de uma **Tendência Clássica-Internacionalista (TCI)**, cuja referência foi a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), também fundada em 1864.

O internacionalismo bakuninista atualizou a estratégia de construção da revolução proletária internacional da periferia para o centro e de baixo para cima, considerando a dialética entre a economia e a política, ou seja, que não há dicotomia, nem hierarquia entre as lutas econômicas e políticas, da mesma forma que não há luta exclusivamente econômica ou exclusivamente política.

Portanto, diferentemente dos pressupostos social-democratas, comunistas e anarco-comunistas, que condenam as organizações proletárias de tipo sindical às reivindicações econômicas imediatas, delegando às organizações de tipo partidárias as lutas políticas e, conseqüentemente, estabelecem uma hierarquia entre aqueles que estariam presos ao imediatismo econômico e aqueles que pensam os projetos políticos, o bakuninismo considera a dialética entre as lutas reivindicativas e revolucionárias.

Da mesma forma, o bakuninismo supera os limites do anarcossindicalismo, que dispensa a organização revolucionária anarquista. A dialética bakuninista estabelece que a luta política revolucionária é o desenvolvimento das forças coletivas do proletariado, resultante do avanço das organizações das lutas reivindicativas imediatas.

A *Plataforma Internacional do Anarquismo Revolucionário* sintetizou as tarefas para a Revolução

Social Internacional no século XXI:

A. O socialismo enquanto programa/objetivo implica na destruição do sistema capitalista, na coletivização geral e no federalismo, na destruição das desigualdades de classe e do Estado e de todo sistema imperialista, ou seja, no auto-governo dos trabalhadores de acordo com o modelo Comunista-Soviet. **B.** A estratégia para construção de uma sociedade socialista é a revolução, não reformas progressivas, nem a revolução democrático burguesa ou anti-imperialista, nem uma revolução com programa parcial (uma etapa de transição mediada por um Estado e uma Ditadura para um comunismo num futuro indefinido). A revolução é socialista e tem como objetivo a realização integral do socialismo no imediato período pós-revolucionário. **C.** A tática ou pré-condição dessa revolução são: Organização Internacional dos revolucionários sobre o programa Anarquista e organização Internacionalista dos Trabalhadores, bem como as unidades de base do sindicalismo revolucionário nos diferentes países. (OPAR, UNIPA, 2011, p. 64)

Bakuninismo e o sindicalismo revolucionário

A tarefa dos anarquistas revolucionários no atual estágio da guerra de classes é *ir ao povo!* Faz-se necessário construir as ferramentas organizativas adequadas para ampliar as lutas e as organizações autônomas do proletariado do campo e da cidade. Assim, a ruptura com o projeto da CONLUTAS em 2010 e a construção do então Fórum de Oposições de Base (FOB) foi o passo definitivo para *ir ao povo* a partir da (re)construção do sindicalismo revolucionário.

Em 2017, no centenário da Revolução Russa e da Greve Geral de 1917, por ocasião da realização do seu segundo encontro nacional - II ENOPES, o Fórum mudou sua estrutura a passar a ser Federação das Organizações Sindicalistas Revolucionárias do Brasil - FOB, assumindo definitivamente a organização, a estratégia e o programa sindicalista revolucionária, que no Brasil teve sua primeira experiência organizativa no I Congresso Operário de 1906 que fundou a Confederação Operária Brasileira - COB.

Na condição de Federação Sindicalista Revolucionária, a FOB reuni sindicatos gerais autônomos,

organizações estudantis e populares a partir da articulação entre os programas reivindicativo e revolucionário. Assim como estabelece a estratégia de enraizamento com a criação de sindicatos e organizações autônomas, que rompem com a estrutura do sindicalismo de Estado e com as demais amarras que tutelam organismos estudantis e populares.

No esforço organizativo internacional, o II ENOPES aprovou o acompanhamento da iniciativa da Confederação Internacional do Trabalho - CIT. A CIT foi fundada em 2018 a partir da convocação conjunta feita pela CNT espanhola, USI italiana, FAU alemã e a IWW estadunidense, pela reorganização do anarcossindicalismo e do sindicalismo revolucionário, cujo objetivo é a retomada da AIT histórica, fundada em 1864.

Recuperar essas duas décadas de história da militância revolucionária reunida na União Popular Anarquista, pela causa da Revolução Social a partir do bakuninismo, nosso pensamento-guia, mostra que avançamos significativamente na tarefa de *ir ao povo*, construindo os organismos autônomos do nosso povo, fortalecendo a autodefesa

popular, a estratégia da ação direta e as manifestações das massas populares nas ruas de tipo insurrecionais, como aquelas das jornadas de lutas de 2013. Muito foi feito em 20 anos do bakuninismo no Brasil, mas ainda estamos nos primeiros passos diante das tarefas revolucionárias e das exigências históricas, por isso, convocamos toda a militância revolucionária para se somar às nossas trincheiras pela Causa do Povo e da Revolução Social!

Viva longa para a União Popular Anarquista!

Notas:

- 1 Sobre a gênese do bakuninismo no Brasil e da UNIPA, veja "O Anarquismo Revolucionário no Brasil: origens e disputas de linhas entre 1997-2005", Jornal Causa do Povo, número 67, 2013.
- 2 Ver "A Filosofia Bakunista: a dialética da ação e o materialismo sociológico", Revista Via Combativa, número 1, 2009.
- 3 Sobre as origens da FOB veja "História da FOB", disponível em <https://lutafor.org/quem-somos/historia-fob/>.

QUEM SOMOS E PELO QUE LUTAMOS?

A UNIÃO POPULAR ANARQUISTA (UNIPA) é uma organização política revolucionária bakuninista fundada em 2003. A UNIPA luta pelo socialismo no Brasil e libertação dos povos no mundo. Como Bakunin, entendemos "que a liberdade sem o socialismo é o privilégio, a injustiça; e que o socialismo sem a liberdade é a escravidão e a brutalidade".

A sociedade socialista será resultado da força de uma Revolução: da ruptura e destruição do Estado e capitalismo. A estratégia revolucionária da UNIPA aponta que a ação direta das massas e a luta de classes são as únicas capazes de realizar conquistas imediatas e futuras para a classe trabalhadora.

Não basta o povo ser maioria. Esta força precisa de organização para ser real e vitoriosa. Defendemos a organização de Sindicatos,

Movimentos e Federações Autônomas. Estes devem lutar por melhores condições de vida e trabalho hoje e são o embrião do poder da sociedade futura.

Para isso, convidamos trabalhadoras e trabalhadores para unir esforços com a UNIPA a partir da unidade teórica, programática e estratégica pela Revolução Social.



CONSTRUÇÃO DE PRÓ-NÚCLEOS DA UNIPA

O atual contexto da luta de classes no Brasil exige um posicionamento ideológico e teórico correto dos militantes dos movimentos sindical, estudantil e popular. O bakuninismo fornece a teoria, a estratégia e o programa revolucionário capaz de romper com o reformismo e avançar para a construção da ruptura socialista e revolucionária.

A União Popular Anarquista (UNIPA) convoca todos os companheiros e companheiras dos movimentos sindical, estudantil e popular, que tenham acordo político com o bakuninismo e desejem ingressar nos quadros da nossa organização, para a construção de Pró-núcleos da UNIPA por todo o país.

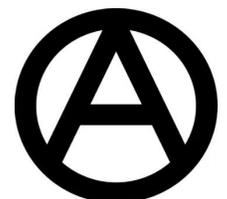
Além da propaganda, os Pró-núcleos da UNIPA atuam na luta de classes a partir da unidade teórica, estratégica e programática com a organização.

O bakuninismo é um importante instrumento para a construção da revolução proletária, por isso, convocamos todos os companheiros e companheiras para se organizarem em torno de sua teoria e sua ideologia.

Pela construção da Revolução Proletária Socialista!

Entre em contato:

unipa@protonmail.com
uniaoanarquista.wordpress.com



DEZ ANOS DO LEVANTE DO PROLETARIADO MARGINAL:

Cinco lições sobre seu significado histórico e o seu legado político

O significado histórico do Levante do Proletariado Marginal de 2013

Em junho de 2013, as manifestações de rua contra o aumento das tarifas de ônibus se transformaram em tomadas de território e órgãos públicos em grandes cidades do país. Como já afirmamos em nossas análises, o levante popular foi a expressão de uma década de conflitos na era do lulismo, das contradições de classe do neodesenvolvimentismo do bloco PT-PMDB.

As manifestações, ocupações e ações diretas em 2013 constituíram uma insurreição do proletariado marginal. A UNIPA foi a primeira organização a caracterizar dessa maneira. O levante constituiu uma experiência nova do proletariado brasileiro a partir de múltiplos conflitos com suas direções sindicais e partidárias, na qualidade de um processo de auto-organização e autoconsciência da classe trabalhadora, no contexto de domesticação da burocracia sindical-popular (CUT, UNE, MST) ao governo Lula-Dilma, no qual as ditas "oposições" (Conlutas, Intersindical, Anel) seguiam a reboque do governismo. *A 1ª lição que o Levante do Proletariado Marginal (LPM) nos ensina é que o rompimento com a burocracia sindical-popular é uma condição para a ação autônoma do proletariado.*

O LPM de 2013 foi uma ocasião em que o reformismo (PCdoB, PT, PCB, PSTU, PSOL) foi testado e, assim, revelou toda a sua miséria política por meio da condenação das manifestações de rua na sua *forma* (ação direta e resistência violenta) e *conteúdo* (os setores mais precarizados da classe); e por operarem como braço de massas da repressão estatal, como no caso dos 23 presos políticos do Rio de Janeiro. *A 2ª lição que o LPM nos ensina é que o reformismo é agente da contrainsurgência. Isso porque em momentos de intensificação da luta de classes, sabota a ação*

autônoma do proletariado, criando as condições para reação estatal e burguesa sobre o povo.

A instrumentalização reformista e reacionária do levante

O LPM de 2013 fez o povo sentir o seu poder. É por isso que há uma década, os oportunistas de direita e de esquerda tentam distorcer o seu significado. As tentativas em 2014 ou 2015 de aproximar o levante com os desfiles "pró" e "anti" Dilma não passaram de uma farsa. Tanto o reformismo como o reacionarismo foram rechaçados como eleitores durante o levante dos marginalizados.

Para os reformistas, o LPM de 2013 tornou-se inaceitável porque foi a negação global da política, ideologia e aliança de classes que fundou o próprio reformismo brasileiro: a de uma pequena-burguesia dependente do Estado com uma burocracia sindical. Ele qualificou o levante como um movimento de direita, e ao longo de 2015 e 2016, seus militantes em assembleias, reuniões, e discussões informais falavam que o Golpe foi gestado em 2013, pelo caráter "antipartidário" que o levante assumiu.

Porém, curiosamente, os dois principais articuladores sociais do movimento de oposição de direita ao PT, o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem para Rua, surgiram respectivamente em novembro e outubro, no contexto das eleições de 2014, exatamente quando ficou consolidada a vitória do PT contra o PSDB. Em 2023, o reformismo reeditou suas calúnias ao LPM, buscando semelhanças entre ele e a tentativa de golpe bolsonarista ocorrida em janeiro, mesmo com a clara diferença no perfil de classe, de raça e de geração que o levante de 2013 têm com a intentona golpista. *A 3ª lição que o LPM nos ensina é que ao não conseguir cooptar e direcionar a luta autônoma*

do proletariado, o reformismo não apenas a sabotará, como buscará distorcer o seu real significado histórico para a luta de classes, numa tentativa de deslegitimar e evitar que se repita.

A direita soube explorar o levante a seu modo, tentando capitalizar a insatisfação popular contra o governo do PT. Porém, ele não podia nem articular as diversas formas de luta, nem o proletariado marginal, que foi o principal sujeito do levante. Ao contrário, assim como o reformismo de esquerda, a pequena burguesia que foi lançada à oposição de direita queria reproduzir um movimento civil direcionado ao Estado. Defendeu a democracia burguesa e a conquista do Estado, mesmo com setores fascistas em sua órbita. *A 4ª lição que o LPM nos ensina é que devemos combater a infiltração da direita nas manifestações populares, pois esta é uma das condições para que a nossa luta não seja cooptada nem os seus efeitos políticos sejam facilmente capitalizados pela agenda reacionária.*

Os legados do levante

Quais os legados do Levante do Proletariado Marginal de 2013? Alguns deles foram: a) as greves ilegais que atropelaram direções sindicais (tal como as dos garis, rodoviários, professores, etc.); b) a ação direta nas ruas; c) as reivindicações coletivistas (saúde, educação, transporte) ao invés de pautas corporativas; d) a crítica aos partidos e aos sindicatos, às empresas e aos megaeventos; e) a defesa da greve geral; f) a autodefesa popular e o combate à repressão policial.

Entre os principais legados do LPM, especialmente no Rio de Janeiro, estão as greves de massas e o embrião de um sindicalismo de novo tipo. Elas explicitaram como a raça e o gênero são constitutivos da organização autônoma da classe. Isso porque as greves de

massas foram negras e femininas, como a greve dos garis, e a greve feminina, da educação, especialmente da educação municipal do ano de 2013. *A 5ª lição que o LPM nos ensina é que os momentos de intensificação da luta de classes são propícios para que o proletariado experimente outras concepções de luta (anticorporativas), de atividade (ação direta) e de organização (greve ilegal).*

A tarefa do presente

Contudo, para que estas formas experimentais de ação e organização do proletariado sobrevivam após o momento de intensificação do conflito social, é preciso federal-las e dar-lhes uma forma organizativa que corresponda a pluralidade dos seus sujeitos e de suas demandas. Para os anarquistas revolucionários, o meio mais apropriado é o sindicalismo revolucionário. Nesse sentido, *para que outros levantes aconteçam e tenhamos saldos organizativos e conquistas duradouros com ele, é preciso, desde já, criar sindicatos autônomos e federal-los de forma independente aos patrões e a burocracia sindical-popular-estudantil.* ■

Viva o Levante do Proletariado Marginal e 2013!

Pela auto-organização e ação direta dos trabalhadores!

Construir o sindicalismo revolucionário!



NOVO GOVERNO PETISTA DE CONCILIAÇÃO DE CLASSES:

O reformismo degenerado e renovado em ascensão

A vitória eleitoral da coalização liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) com Lula e Alckmin (PSB) na cabeça de chapa procurar salvar a ordem burguesa liberal inaugurada com a constituição de 1988. Nesse sentido a aliança Lula-Alckmin e sua vitória favoreceram o sistema de autoridade, ao fortalecer e legitimar os poderes estatais e as alianças com setores burgueses de origem nacional e internacional. De um lado, a manutenção das tendências macroeconômicas nacionais desde o plano real e de outro o controle das organizações de trabalhadoras e trabalhadores ligadas ao Lulopetismo e a incorporação de movimento sociais e organizações ligadas ao movimento indígena, negro e de mulheres.

A composição ministerial da área de política econômica e planejamento já indica esse caminho. A escolha de Fernando Haddad, da ala mais liberal do PT, e seu secretário Executivo, Gabriel Galípolo, ex-presidente do Banco Fator e um dos responsáveis pelo projeto de privatização da CEDAE-RJ e de

Simone Tebet, do MDB, assessora por Elena Landau, do partido que construiu o projeto de perda de direitos sociais, privatizações e aumento de exploração de Michel Temer (MDB) chamado Ponte para o Futuro. Além disso, é importante frisar que apesar de todo cacareco para a Esquerda do PT, Lula e seus aliados mais à esquerda sobre taxa de juros e meta de inflação, é importante dizer que o Conselho Monetário Nacional, que define a meta de inflação, é composto por três representantes: o presidente do BC, Roberto Campos Neto, Tebet e Haddad. Sem contar que em curso sem mantém a política de Ancora Fiscal, que sendo teto de gastos ou outra, tende a manter a exploração e miséria sobre o povo.

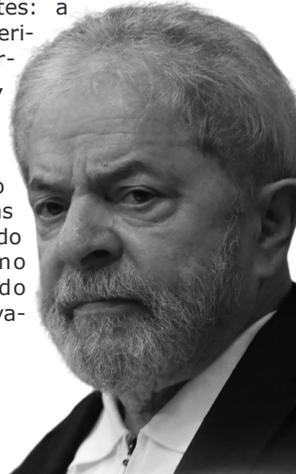
Do ponto de vista das organizações de trabalhadores, tanto o reformismo degenerado (Frente Brasil Popular e Povo Sem Medo, CUT, UNE, MST, MTST, PT, PCdoB), como o reformismo "renovado" stalinista em ascensão, recentemente articulado a partir da UP/PCR, PCB e correntes do PSOL, vão assumir o

papel de colaboração e conciliação com as frações dominantes. Ainda que os segundos vão se construir como a voz crítica de uma oposição de "esquerda". No entanto, ambos têm como função o realinhamento com a ordem burguesa e evitar maiores rupturas nas organizações de massas vinculadas ao lulopetismo, como ocorridas com a criação da CONLUTAS e como a fundação do PSOL. De mesmo modo, deve aumentar o controle sobre a juventude proletária combativa e tendências de alinhamento nas lutas locais com movimentos ou lutas mais autônomas, como já ocorreu nos primeiros atos contra o Novo Ensino Médio (NEM). Trata-se, portanto, do fortalecimento do Estado e da República de 1988 passa por aumentar a tutela e controle sobre os movimentos populares como forma de salvaguardar a "democracia".

A relativa novidade na estratégia de domesticação das massas populares e de sua adesão à ordem burguesa encontra-se na formação ministerial, como a incorporação do

falso discurso da "representatividade" e do "identitarismo", uma vez que personagens políticos como Sonia Guajajara (PSOL), Silvio Almeida (sem partido), Margareth Menezes (sem partido) e Anielle Franco (sem partido) passam a fazer parte do poder executivo. Além da composição ministerial, o governo federal está retomando toda a política de fóruns tripartites para discussão e implementação de políticas públicas a partir da conciliação de classes.

Os trabalhadores anarquistas e autônomos ficarão, em qualquer cenário, sob a pressão de duas forças, da reação burguesa e do lulopetismo. É preciso se preparar para isso. Por isso será necessária uma luta de palmo a palmo, casa à casa, rua à rua, combatendo em duas frentes: a reação clerical-militar-burguesa, esse proto-fascismo, e o lulopetismo nas suas versões do reformismo degenerado e "renovado". ■



28 DE MARÇO - DIA NACIONAL DE LUTA DOS ESTUDANTES!

Edson Luís Vive e vencerá!

Em 28 de março de 1968, um tiro à queima-roupa atingiu fatalmente o então estudante de apenas 18 anos, Edson Luís de Lima Souto. Após sua morte, seu martírio transformou-se em símbolo da luta contra a ditadura empresarial-militar vigente no Brasil desde o golpe de Estado em 1964. Por sua vez, a morte de Edson Luís e a grande mobilização em torno de sua memória denunciaram o terrorismo de estado no Brasil. Até os dias atuais as organizações combativas e clásticas do movimento estudantil reivindicam a data como Dia Nacional de Luta, Dia do Estudante ou Dia do Jovem Combatente.

Hoje em dia, com a implementação do Novo Ensino Médio (NEM) com ampliação da repressão e ataques a educação pública e a política policialesca das correntes do movimento estudantil ligados aos partidos reformistas (PSOL, PT, PCdoB, PCB, UP/PCR) ficou mais claro a necessidade de o movimento estudantil-proletário construir organizações de massa autônomas que consigam dar sustentação as lutas por melhorias na educação, não apenas imediatas, mas no longo prazo.

A crítica as entidades oficiais como a UNE, UBES, FENET e ANPG devem ser consequentes e apontar

uma alternativa organizativa aos estudantes, pois o vazio organizativo tende a fortalecer novamente tais entidades burocráticas. Nesse sentido, é fundamental organizar nacionalmente a RECC-FOB, em cada cidade para construir um programa voltado aos estudantes-trabalhadores, possuir princípios e formas organizativas que garantam sua autonomia frente aos partidos eleitorais. ■

Honrar a memória de Edson Luís é reconstruir o Movimento Estudantil Autônomo, Classista e Combativo!

Abaixo UNE e UBES traidoras dos estudantes!



DIA INTERNACIONAL DA MULHER TRABALHADORA:

Mais um dia de luta na vida das mulheres

No dia 08 de março, comemora-se o Dia internacional da Mulher Trabalhadora, para nós este é mais um Dia de Luta. Essa data possui muitas explicações históricas, nós da UNIPA, recuperamos a memória das lutas das mulheres trabalhadoras durante a Revolução Russa, quando ocuparam as ruas por "Pão e Paz", aproveitamos, ainda, para resgatar a força de Dandara dos Palmares, nos inspirarmos nas combatentes em Rojava e saudamos a todas as mulheres trabalhadoras que vem construindo o sindicalismo revolucionário no Brasil.

As mulheres tem sua história marcada por muitas lutas que, muitas vezes, sequer são contadas, como os enfrentamentos cotidianos, quando assumimos as "linhas de frente" nos movimentos por moradia, ou nas resistências frente a morte de nossos filhos pela violência do Estado, na luta

por autodeterminação dos corpos e por melhores condições de trabalho, que atenda às suas demandas específicas e pela equiparação salarial.

Hoje, de acordo com o Dieese, representamos 44% da força de trabalho no Brasil, desse quantitativo somos nós mulheres pretas e pardas que estamos em maioria. Em termos de rendimentos, recebemos 21% a menos que os homens, esse dado demonstra o traço patriarcal do capitalismo. Não bastasse toda a exploração capitalista, também temos de passar por inúmeras violências com destaque para o feminicídio.

De acordo com os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no primeiro semestre de 2022, 699 mulheres foram vítimas de feminicídio, ou seja, em média 4 mulheres foram assassinadas por

dia. Esses números correspondem a um aumento de 10, 8% a mais do que o no primeiro semestre de 2019. E, pelo 14º ano o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo.

Na história recente do nosso país, saímos do Governo Bolsonaro, que não fez questão de se mostrar a favor dos direitos das mulheres, inclusive em muitos momentos objetificando e violentando as mulheres. Iniciamos em 2023 o Governo Lula, que fez questão de demonstrar suas diferenças alterando vários cargos de poder colocando mulheres a frente de ministérios, de bancos, na tentativa de transparecer ser um governo que defende as mulheres. No entanto, temos de dar atenção ao fato destas mulheres estarem posicionadas para gerir os interesses de um Estado capitalista, patriarcal e racista.

Nós mulheres pretas, periféricas, indígenas, quilombolas, sabemos que no capitalismo sempre sairemos perdendo. Por isso, compreendemos que o solução será feita por e para nós, mulheres do povo, desenvolvendo redes de apoio mútuo, comitês de autodefesa nos locais de estudo, moradia e trabalho, trilhando caminhos para superação da exploração capitalista e das diversas opressões que nos assolam. ■

Pela fúria revolucionária das mulheres!

Pela Vida das Mulheres!

Pela Construção de Comitês de Autodefesa das Mulheres!

Pelo fim do Estado!

HOLOCAUSTO IANOMAMI: o neocolonialismo no avanço da fronteira mineral

O desmonte dos serviços de saúde e a invasão garimpeira à terra indígena são as causas do holocausto Ianomami, e foram promovidos pelo governo Bolsonaro-Mourão.

Contudo, as condições para o genocídio remontam ao período 2005-2012. Em nosso VII Congresso, afirmamos que nesse momento, a classe dominante elaborou um consenso sobre a desterritorialização de povos indígenas e camponeses para a acumulação de capital.

Nesse sentido, sob governo Temer, o Decreto 9.406/2018 definiu a mineração como "interesse nacional", permitindo sobrepô-la a outros usos territoriais como as Unidades de Conservação ou os assentamentos rurais. A partir daí,

três fatores facilitaram o avanço da mineração sobre as terras indígenas: 1) a alteração do Código Mineral; 2) a definição da mineração como atividade essencial durante a pandemia de COVID-2019; 3) o estabelecimento da categoria de minerais "estratégicos".

O avanço da fronteira mineral

Desde a eleição de Bolsonaro, aumentaram os pedidos de mineração em Terras Indígenas (TIs): foram de 57, em 2018, para 214, em 2020; maior registro de solicitações em 24 anos. A Agência Nacional de Mineração ainda concedeu 59 pedidos de lavra e pesquisa sobrepostos a TIs.

Em 2020, o Ministério Público Federal constatou que a maior parte de ouro extraído ocorreu por

lavras em escala industrial com elevado capital, movimentando grande volume de materiais e cujo destino final são o mercado financeiro e de joias.

Essa atividade liga-se ao controle territorial por grupos empresariais criminosos, de caráter miliciano, que por meio da violência armada subjugam os indígenas. Nesse sentido, quem tem se beneficiado são os empresários e investidores do garimpo, auferindo altos lucros no contexto de valorização dos preços internacionais enquanto os povos têm recebido os impactos socioambientais negativos.

Construir a insurgência dos povos do campo e da cidade

O colonialismo interno age preferencialmente na apropriação de terra, água e minério, redes de transporte e infraestrutura, recursos distribuídos de maneira desigual pelo espaço geográfico. A linha anticolonial, classista e in-

ternacionalista que continuaremos no próximo período se traduz na aliança revolucionária das classes trabalhadoras e povos oprimidos.

A incorporação das lutas dos povos ao processo geral da revolução brasileira e mundial, demanda um método diferente das atuais abordagens socialdemocratas e comunistas, pós-modernas e neoimperialistas.

Nesse sentido, para a insurgência global dos povos da cidade e do campo, é fundamental que 1) os anarquistas aprendam e incorporem ao movimento de massas, as experiências de resistência, auto-organização e mutualidade dos povos originários, negros e camponeses; 2) realizem um trabalho político de massas que valorize a experiência e a organização nas pequenas e médias cidades do país; 3) no sentido de sistematizar o limite e a possibilidade do trabalho revolucionário nestas localidades. ■

A EXTREMA-DIREITA NO BRASIL:

Fascismos, bolsonarismo e as novas materializações da reação conservadora pós-levante de junho de 2013

O levante de junho de 2013 foi um divisor de água para a esquerda no Brasil, mas na medida em que a sabotagem reformista se aliou com a mídia burguesa e com frações da direita para criminalizar a luta do povo, o movimento arrefeceu e aliado uma série de fatores, entre eles a insuficiência dos setores combativos no movimento de massas, um novo levante em 2014 foi frustrado. Isso abriu espaço para a reação conservadora que vivemos, e esta sim, deu origem ao bolsonarismo. Assim, o bolsonarismo não é um fenômeno que nasce com o levante de junho de 2013, mas uma das consequências das sabotagens da direita e da esquerda reformista a um possível novo levante popular na copa do mundo de 2014.

O fenômeno recente de figuras detestáveis como a de Bolsonaro sempre habitaram o Estado brasileiro. São frutos tanto da anistia dos agentes do Estado (militares inclusive, mas não só) que realizaram torturas naquelas e naqueles que enfrentaram a ditadura de frente, como da imprensa burguesa em seus programas policiais que demonizam os pobres e enaltecem

“justiceiros”, policiais que assassinam e violentam nosso povo. Moldam o debate público de criminalização da pobreza e se retroalimentam desse debate.

Nos governos petistas tivemos uma série de materializações de movimentos conservadores ou de direita que buscaram se massificar. Alguns vindos da contracultura, outros saído direto dos estúdios de televisão para buscar pautar o debate público. Entre exemplos deste último, temos o “cansei”, surgido em 2007 e teve entre seus articuladores, João Dória Jr que viria a se tornar Prefeito e Governador da capital e estado de São Paulo uma década depois.

Este e outros movimentos que se seguiram, buscaram incorporar a ideia de “povo brasileiro”, mas a direita é antipovo. Um exemplo é o claro combate as manifestações culturais populares como o Carnaval, festa de São João, entre outras manifestações.

Apesar de todas as tentativas da mídia e demais forças políticas conservadoras por mais de uma década, um projeto abertamente reacionário como o de Bolsonaro/

PL, era algo novo no debate público, e foi sendo naturalizado através de suas participações em programas midiáticos que deram não só voz, mas trabalharam a aceitação de suas ideias a sociedade. Portanto, entendemos que o bolsonarismo é um fenômeno dentro da tradição autoritária brasileira. Não foi o primeiro e dentro da lógica atual, não será o último.

A derrota eleitoral de Bolsonaro/PL foi um forte baque no seu projeto de poder, mas não destruiu a extrema direita, apenas reconfigurou-a. Com a vitória eleitoral de Lula/PT em 2022, setores religiosos já buscaram reatar relações com o governo PT. Lula e o PT são o reforço da “democracia” e do Estado colonial brasileiro. Assim, o combate a extrema direita por eles são o reforço do Estado e de seus aparelhos de repressão, e não de independência e fortalecimento da classe.

As tarefas postas para o povo brasileiro e seus organismos seguem sendo a de se fortalecer enquanto organizações, sem ilusões com o governo PT nem com as centrais sindicais e movimen-

tos governistas. Realizar sua luta econômica, por condições de vida, com independência de classe. Mas construir um projeto que permita o acúmulo de força social para uma ruptura revolucionária. Para nós, essa articulação de independência de classe passa pela construção da Federação das Organizações Sindicalistas Revolucionárias do Brasil – FOB e pela construção do Congresso do Povo. ■



A PRIMEIRA GREVE NACIONAL DE ENTREGADORES NO GOVERNO LULA/PT:

Da autonomia de classe à sabotagem reformista!

Entregadoras/entregadores do Brasil preparavam uma greve nacional para o dia 25 de janeiro. Entre as pautas estavam questões específicas como a) o fim das entregas múltiplas, questões de saúde como b) a exigência de uma apólice de seguro dos entregadores e uma pauta política que era c) a participação na regulamentação federal do modal de aplicativos.

O anúncio do movimento gerou animosidade por parte do reformismo em geral. Os entregadores foram bombardeados com críticas vindas de diversos partidos refor-

mistas e influenciadores “progressistas” de redes sociais. Com críticas imobilistas, esperavam que as lideranças que convocaram o movimento parassem a luta e a organização para blindar o governo PT de qualquer crítica. Estavam impondo a pauta política de seu governo à luta dos trabalhadores, esperando que eles continuassem sofrendo com a precarização de seu trabalho para não desgastar o governo Lula/PT.

Governo PT age de cima pra baixo

O governo Lula/PT agiu e realizou uma reunião em 17 de janeiro com algumas lideranças estaduais e dirigentes de sindicatos de motoboys, afirmando incorporaria tais lideranças nas negociações. Essas então passaram a desconvoar a mobilização do dia 25 para participar dessa mesa de negociações.

Parte da base não aceitou a suspensão e manteve o movimento em algumas cidades. Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo, Diadema, Indaiatuba entre outras. Nestas duas últimas a greve se prolongou por mais dias pra além do dia 25 de janeiro, mostrando a disposição de luta da categoria.

A direção executiva a CUT definiu prioridades de luta para 2023. Entre elas está a “regulação do trabalho dos entregadores e motoristas por plataformas de aplicativos”. Define também a “constituição de

um Comando Nacional Unitário” que negociaria com as federações patronais.

O governo PT acionou as centrais sindicais para constituir lideranças da categoria e participar da mesa tripartite (trabalhadores, governos e empresários) que o governo quer estabelecer. O peleguismo vê a característica difusa da categoria como um problema enquanto que na verdade faz parte do seu potencial de classe.

Para o PT e reformistas, a via estatal é a única saída. Nós entendemos que apenas a organização local, de baixo para cima e a luta direta da categoria podem obrigar governos e patrões a ceder as reivindicações classista! ■

A NOVA GUERRA FRIA

Não é novidade que a União Popular Anarquista – UNIPA analisa publicamente desde 2016 os movimentos geopolíticos dos Estados-nação que passaram a se conceituar como II Guerra Fria. Com a liquidação da União Soviética, ocorreu uma conseqüente formação de blocos. Países alinhados ao bloco soviético caminharam progressivamente para a formação de novos blocos econômicos em disputa por mercados globais. Porém, diferente de períodos anteriores, estes novos blocos não tem ligação ideológica. São apenas blocos econômicos para a disputa do mercado internacional.

Anunciamos essa análise em nosso congresso de 2016 quando afirmamos: "A Guerra Fria II, iniciada no final dos anos 2000, reproduz vários elementos da primeira. Os mesmos blocos de Estados estão em disputa. Mas a política econômica que opõe cada bloco não é mais o socialismo "(ou, um capitalismo de Estado integral, como era a política da URSS) e um capitalismo de Estado liberal keynesiano (ou seja, parcial)". VI CONUNIPA.

Nossa análise daquele momento se confirmou. As disputas por recursos energéticos e minerais aceleraram-se, em especial com a pandemia de Covid-19, exigindo maiores extrações de minérios para a construção de semicondutores, funil do desenvolvimento capitalista. Assim, os blocos em disputa

por mercados aceleraram seus conflitos ocasionando guerras não só na Ucrânia.

Em nosso VII Congresso apontamos que

A nova guerra fria e a nova onda global de colonização colocam uma situação de (relativo) equilíbrio de poder entre potências imperialistas (seja EUA-UE ou China-Rússia) e a necessidade de intensificação das disputas irregulares, indiretas, em termos político-militares ou por recursos naturais e força de trabalho. Isso têm intensificado a disputa sobre regiões na América Latina, Oriente Médio e Europa. Todas essas regiões estão sob forte pressão dos dois blocos, liderados por EUA e China. Para aprofundar seu poder, os blocos precisam operar mecanismos de destruição-criação de arranjos políticos locais e regionais. (VII CONUNIPA)

As disputas energéticas e pelos controles do fluxo global de energia, como o controle dos gasodutos e rotas de comércio de petróleo e gás tem sido o centro a disputa mundial. Essas disputas se intensificaram a partir da Pandemia Global e da crise ambiental que estamos vivendo. A guerra na Ucrânia é também um componente central dessas disputas devido não só a sua localização geográfica, mas a tentativa de expansão da OTAN para a Ucrânia em meio a uma guerra civil e a invasão russa como resposta a tal expansão.

Podemos resumir o momento atual e o próximo período pela 1) necessidade de desenvolvimento capitalista realizada por ambos os blocos (EUA/EU x SinoRusso), sua demanda por mais fábricas de semicondutores para viabilizar tal crescimento e sua conseqüentemente disputa por recursos minerais para garantir o silício destes semicondutores e recursos energéticos; 2) disputa de mercado e áreas de influência entre esses blocos e nações se movimentando de acordo com seus interesses econômicos; 3) aumento de tensões entre nações com algumas sendo usadas como instrumentos de pressão contra bloco "a" ou "b".

Mais importante do que observar a geopolítica, é **colocar a luta de classes como elemento central destas disputas**. Por vezes intelectuais, teóricos e partidos abstraem a luta de classes, os interesses entre cada classe nestas

nações e analisam os conflitos internos apenas pelo prisma da geopolítica, subsidiando-se da teoria da "Guerra Híbrida". Não que ela não ocorra, que o MI6, CIA, CBP e demais agências não ajam em outras nações, realizando espionagem industrial, política ou sabotagens. Porém, conflitos internos não nascem da ação de agentes externos, mas da luta de classes, de contradições como Capital x Trabalho, Estado x Povo (elementos que a teoria da guerra híbrida e seus signatários desconsideram) e podem ser potencializados ou influenciados pelas forças sociais, sejam agentes externos, seja teorias liberais ou socialistas.

Assim, a única saída para a classe trabalhadora mundial, continua sendo o internacionalismo proletário, a aliança de povos em luta no sul global pela retomada de suas terras, respeito a sua autonomia e a natureza.



COMITÊS DE APOIO E PROPAGANDA DA UNIPA

Como o objetivo de divulgar a teoria e a ideologia bakuninista e intervir na luta de classes, a União Popular Anarquista (UNIPA) está fomentando a construção de Comitês de Propaganda por todo o país.

Os Comitês de Apoio e Propaganda têm a função de distribuir os boletins e os documentos da UNIPA, organizar seminários e debates, bem como auxiliar com apoio material em geral. Além de contribuir com informes locais, podendo

enviar textos e análises, que poderão ser publicados de acordo com nossa política editorial, e também propor pautas para os boletins.

O bakuninismo é um importante instrumento para a construção da revolução proletária, por isso, convidamos todos os companheiros e companheiras para difundir sua teoria e sua ideologia.

Ousar lutar, ousar vencer!



**TERRA E LIBERDADE!
A Insurreição dos Povos
frente ao Colonialismo
e aos Impérios**

Resoluções do VII
Congresso da União
Popular Anarquista

Brasil, 2020

Leia em:
<https://bit.ly/3KZQysQ>